

## **Tatiana Vargas**

A psicóloga, doutora em Saúde Coletiva e pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz), Tatiana Vargas, é a entrevistada de mês de fevereiro do Observatório de Análise Política em Saúde (OAPS). Com atuação em pesquisas sobre a análise de políticas públicas e as relações entre os três poderes e a saúde, Tatiana responde a perguntas sobre o discurso do Legislativo sobre a saúde e as recentes alterações nas políticas de Atenção Básica e de Saúde Mental. Ao falar do impacto da conjuntura sobre a vida dos/as brasileiros/as, a pesquisadora aponta o que acredita ser o maior desafio para a academia: "Talvez seja o mais preocupante, não conhecemos e não sabemos as saídas possíveis, nós, a academia, a classe média, estamos tão distantes da vida como ela é, dos grupos que estão sofrendo na pele tudo isso, que ainda não sabemos exatamente nem como lidar e reagir. [...] Eu acho que esse é o maior desafio para os próximos anos e que vai começar com a disputa eleitoral de 2018. Precisamos produzir mais conhecimento, mas nós precisamos conseguir produzir conhecimento implicado, inserido na nossa realidade social e não tão preocupado com o impacto internacional, o que vai ser dito para fora do nosso país, mas principalmente o que vai ser dito para nós, o que precisamos produzir para nós". Leia na íntegra!

**Observatório de Análise Política em Saúde (OAPS): A sua trajetória como pesquisadora é marcada por questões que envolvem as relações entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário na saúde. É possível afirmar que o discurso do Poder Legislativo está cada vez mais distante da saúde pública e próximo de interesses privados?**

**Tatiana Vargas:** A análise que eu vinha fazendo do Legislativo, e eu o estudo há algum tempo, mostra que na verdade sempre tivemos um Legislativo distante das questões de saúde pública, isso já há algum tempo. Durante os anos 80 houve uma configuração bastante boa de aproximação de alguns personagens importantes da saúde ao contexto legislativo, com parlamentares que eram vinculados à



*causa da saúde pública, mas o que percebemos desde os anos 90 foi uma diminuição gradativa da participação desses personagens e uma pauta de saúde pública que foi saindo do debate gradativamente. Algumas produções minhas falam um pouco dessa diferença de atuação desses personagens do Legislativo, que sempre atuou com forte presença e parceria com o Executivo. O Executivo sempre foi muito atuante no âmbito legislativo, eu fui mostrando isso, inclusive em projetos de lei e outras formas de intervenção, então o Legislativo sempre legislou muito voltado para os interesses do Executivo e as causas de saúde pública foram gradativamente diminuindo, se tornando distantes no Legislativo.*

*A própria Frente Parlamentar da Saúde é basicamente promotora de eventos e de discussões que acabam falando de interesses da classe médica, das entidades médicas, e dos empresários da saúde. Certamente, no período mais recente, esses interesses empresariais se tornaram mais importantes. Também é bom perceber que passaram a permear os interesses da Frente Parlamentar da Saúde outros interesses que têm a ver com bancadas religiosas. Por exemplo, a discussão do aborto é difícil de se fazer dentro de interesses de saúde pública porque a bancada religiosa está lá presente; a do financiamento é toda pautada por interesses empresariais da saúde, quando*

se votou a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) claramente se viu isso, são coisas que estão aí colocadas.

Há sim uma forte tendência conservadora no Congresso Nacional nos últimos tempos e quando estamos falando do conservadorismo do Congresso estamos falando de interesses de outros grupos que fazem parte de pautas mais tradicionais, um tradicionalismo que dificulta questões de interesse da saúde pública, como eu, novamente, posso destacar o aborto.

**OAPS: Como pautar e defender propostas favoráveis ao Sistema Único de Saúde (SUS) em um contexto no qual muitos parlamentares tiveram suas campanhas financiadas por empresas de planos e seguros privados de saúde?**

**Tatiana Vargas:** É difícil mesmo, o cenário não é bom. Eu acho que enquanto não mudarmos as regras do nosso sistema político e as formas de financiamento de campanhas vai ser difícil quebrar com esse tipo de atuação e ter propostas favoráveis ao Sistema Único de Saúde (SUS). Na verdade, eu tenho dito que temos passado por uma Reforma Sanitária silenciosa, uma nova forma de reforma, ou seja, uma Reforma Sanitária ao avesso do que temos tentado construir nessas décadas todas. Ela é financiada, capitaneada e alavancada por interesses empresariais. Quando a gente vê a proposta de [Planos Populares de saúde](#) e vê como se consolidou, nas últimas décadas, todo um sistema de saúde pautado em Organizações Sociais (OS), que não são OS de interesses da sociedade civil, são OS permeadas pelos interesses empresariais da saúde, há uma dificuldade muito grande de ver como reverter esse quadro. Então, para defender essas propostas favoráveis, é preciso repolitizar nosso debate, recolocar nossa agenda política da Reforma Sanitária, àquela que nós acreditamos, junto com os movimentos sociais. Nos afastamos dos movimentos sociais e precisamos, de novo, estar junto com eles e não nos afastarmos mais.

**OAPS: Alterações em importantes políticas de saúde brasileiras, como a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e a Política Nacional de Saúde Mental, foram aprovadas recentemente sob críticas quanto à falta de participação social no processo de discussão e tomada de decisão.**

**O controle social tem perdido espaço no debate sobre formulação e implementação de políticas de saúde no Brasil?**

**Tatiana Vargas:** Eu acho que fizemos e avançamos muito na construção de instâncias decisórias participativas no SUS, mas também pecamos porque foram instâncias que se tornaram burocráticas e que não estavam com participação social tal como se imaginou necessário à formulação de uma política pública do porte do SUS. O controle social visto como instâncias como o Conselho Nacional de Saúde (CNS), conselhos de Saúde, conferências de Saúde, não é suficiente para garantir a participação social na formulação das políticas.

Quando uma nova PNAB [Política Nacional de Atenção Básica] é aprovada, com grande interesse e participação de secretários municipais de Saúde, os principais interessados na formulação dessa nova política, e com uma dificuldade muito grande de diálogo com outros setores, é um absurdo perceber o quanto nos distanciamos dos interesses da população. Quando falamos em Saúde Mental, quando a gente vê essa nova política sendo feita totalmente ao avesso do que são os interesses, brigas e disputas importantes do campo há décadas para conseguir garantir um cuidado digno ao louco, a uma pessoa com sofrimento psíquico, é de uma reversão absurda o que vamos viver. E com espaço de atuação do setor privado de grande monta. Vamos voltar a ter leitos psiquiátricos, é isso? É a tentativa de reversão da forma como o quadro assistencial vinha se colocando.

Precisamos, de novo, investir em participação social de verdade, em movimentos sociais, buscar nossa base social de apoio. Se essa base social ruiu já há algum tempo, que ela seja reconstruída, que possamos novamente trazer para o centro do debate os interesses da população.

**OAPS: Tendo em vista que a reformulação destas duas políticas foi aprovada, como a implementação deve ocorrer diante da grande rejeição às alterações propostas? Quais tensionamentos podemos esperar nesse processo que envolve disputas de poder?**

**Tatiana Vargas:** Uma política não é simplesmente 'formula-se um texto, aplica-se um texto ou implementa-se um texto',

*existem contextos de influência e contextos de produção de práticas que são completamente diferentes. A política se constrói no dia a dia, ela é dinâmica e há muita resistência a essas políticas na ponta, dos profissionais. É claro que há também muito poder e muita influência em jogo que faz com que [a política] se imponha, é uma forma de impor fazer o que se faz com os profissionais, sucateando os serviços, pagando mal, submetendo-os a um regime de trabalho que eles discordam, tem muita gente precisando de emprego, então as pessoas se submetem, é uma coisa muito difícil, vão ter muitos tensionamentos.*

*Acho que serão realmente muitas disputas de poder porque há divergências importantes entre os operadores de uma política na prática e aqueles que formulam e que estão lá no âmbito central de alguma forma tentando colocar em prática o texto da política no âmbito nacional. Entre o texto e a prática há um grande processo de discussão e de negociação, vai ter muito debate, muita reação de comunidades, como já estamos assistindo aqui no Rio de Janeiro, estamos assistindo claramente um desmonte da Atenção Primária e uma reação, um peso dos profissionais de saúde, das comunidades. Não temos tempo de falar se em 2018 vai ser isso aí, no ano eleitoral a gente vai ter muito tensionamento pela frente.*

**OAPS: Reforma da previdência, reforma trabalhista, planos de saúde acessíveis. Quais os principais desafios impostos pela atual conjuntura brasileira em termos de produção de conhecimentos sobre os impactos de medidas como estas na vida das pessoas?**

**Tatiana Vargas:** *Essa pergunta é difícil demais porque a reforma da previdência, reforma trabalhista, planos de saúde acessíveis, os desafios impostos por essa conjuntura em termos de produção de conhecimentos sobre os impactos de medidas como essa na vida das pessoas, certamente serão muitos impactos. É um conjunto de políticas de muita maldade, tem muita maldade aqui, maldade e cinismo, cinismo de Estado porque todas as políticas são vendidas e colocadas como problemas que serão resolvidos, o problema brasileiro será resolvido a partir dessas políticas, quando a gente sabe que outras questões que estão totalmente fora do jogo e da atuação deveriam estar sendo postas em primeiro plano. Isso está presente naquele [documento do Banco Mundial](#)*

*que foi produzido e apresentado como um ajuste necessário, no qual trazem de imediato que 'nós não vamos discutir os juros que são pagos, não vamos discutir a taxação sobre grandes riquezas, vamos discutir o gasto social'. É uma opção política penalizando trabalhadores, idosos, pessoas que precisam de cuidados, penalizando pessoas que estão precisando de saúde. Então são reformas de uma grande maldade, que produzem o mal, não produzem o bem, e que vão enriquecer novamente grupos poderosos desse país, e estamos tendo muita dificuldade de reagir a isso, nos rearticular, produzir um outro modo de estar junto a esse cenário.*

*Talvez seja o mais preocupante, não conhecemos e não sabemos as saídas possíveis, nós, a academia, a classe média, estamos tão distantes da vida como ela é, dos grupos que estão sofrendo na pele tudo isso, que ainda não sabemos exatamente nem como lidar e reagir. Produzimos ideias interessantes, falamos de coisas importantes, mas não sabemos ainda ofertar soluções mais interessantes para o que está colocado, não conseguimos reagir politicamente, não conseguimos reagir socialmente.*

*Eu acho que esse é o maior desafio para os próximos anos e que vai começar com a disputa eleitoral de 2018. Precisamos produzir mais conhecimento, mas nós precisamos conseguir produzir conhecimento implicado, inserido na nossa realidade social e não tão preocupado com o impacto internacional, o que vai ser dito para fora do nosso país, mas principalmente o que vai ser dito para nós, o que precisamos produzir para nós.*

## Confira outras entrevistas do OAPS:



ENTREVISTA DO MÊS  
JANEIRO/2017  
ANDRÉ MOTA

*André Mota*



ENTREVISTA DO MÊS  
AGOSTO/2017  
LÍLIA BLIMA

*Lília Blima*



ENTREVISTA DO MÊS  
FEVEREIRO/2017  
CELIA LANDMANN SEWACWALD

*Célia Landmann*



ENTREVISTA DO MÊS  
SETEMBRO/2017  
NELSON RODRIGUES

*Nelson Rodrigues*



ENTREVISTA DO MÊS  
MARÇO/2017  
ELEONORA MENICUCCI

*Eleonora Menicucci*



ENTREVISTA DO MÊS  
OUTUBRO/2017  
ROSANA AQUINO

*Rosana Aquino*



ENTREVISTA DO MÊS  
ABRIL/2017  
EDUARDO HAGE

*Eduardo Hage*



ENTREVISTA DO MÊS  
NOVEMBRO/2017  
JOÃO CARLOS SALLES

*João Carlos Salles*



ENTREVISTA DO MÊS  
MAIO/2017  
RENATO TASCA

*Renato Tasca*



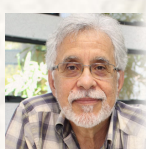
ENTREVISTA DO MÊS  
DEZEMBRO/2017  
JORGE SOLLA

*Jorge Solla*



ENTREVISTA DO MÊS  
JUNHO/2017  
PAULO AMARANTE

*Paulo Amarante*



ENTREVISTA DO MÊS  
JANEIRO/2018  
MAURÍCIO BARRETO

*Maurício Barreto*



ENTREVISTA DO MÊS  
JULHO/2017  
JORGE SIMÕES

*Jorge Simões*

## Expediente

Coordenador Geral : Jairnilson Paim

Coordenação Executiva OAPS: Maria Guadalupe Medina

Equipe OAPS: Mariana Adeodato | Gerlucce Alves

Coordenação Executiva CDV: Carmen Fontes Teixeira

Equipe CDV: Maria Clara Guimarães | Maria Creuza Silva

Comunicação: Inês Costal | Patrícia Conceição

Design: Gilson Rabelo | Juliana Argolo